

EDITORIAL



A 20ª Edição da Revista Gralha Azul, periódico jurídico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, deste mês, apresenta trabalhos que cuidam de questões totalmente coerentes com a contemporaneidade, vindo assim, cotizar-se com os assuntos mais pujantes do momento.

O artigo científico que inicia essa edição foi desenvolvido pelo magistrado, Tiago Gagliano Pinto Alberto. O trabalho transcende os métodos tradicionais de análise de testemunhas e informantes. O autor trata das técnicas decisórias da dedução, indução e abdução, especificando-as e explicando quando utilizá-las.

Na sequência, o uso da tecnologia na judicialização da saúde foi a temática desenvolvida pelo Desembargador Hamilton Rafael Marins Schwartz. Com muita acuidade, o magistrado apresenta os critérios judiciais que devem ser analisados nas demandas prestacionais sobre saúde, evidenciando os marcos legais da inteligência artificial e propondo a utilização de ferramentas tecnológicas para a melhoria do panorama da judicialização da saúde, como por meio da integração de sistemas de *Business intelligence* para a criação de *Big Data* e pelo uso de sistemas de inteligência artificial específicos.

Em seguida, o constitucionalismo humanista e social na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho, da magistrada Maria Lúcia Cardoso de

EDITORIAL

Magalhães, além de apresentar temas como a discriminação jurídica da mulher, a proteção legal à maternidade e à amamentação, os direitos da gestante e do nascituro, traz propostas para a modificação da legislação.

Ato contínuo, Bruno Smolarek Dias e Letícia Beatriz Chibior Bueno escrevem sobre a colisão de direitos fundamentais. Os autores perfazem uma verdadeira revisão literária sobre o tema, percorrendo conceitos basilares do formato dos direitos fundamentais, aprofundando-se na doutrina do filósofo Ronald Dworkin e do jurista Robert Alexy.

A seguir, o autor Júlio César Craveiro Devechi faz uma análise do instituto do juiz das garantias à luz do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 6.298, nº 6.299, nº 6.300 e nº 6.305. Utilizando-se da teoria da dissonância cognitiva, o trabalho demonstra a necessidade de sistematização da leitura legislativa do instituto com a decisão proferida pela Suprema Corte.

Em continuidade, a autora Erica Zanoni Fagundes Cunha em coautoria com Giseli Laguardia e Bruno Zanoni Cury tratam da compaixão, direito e as necessidades emocionais dos animais utilizados em turismo e entretenimento. O debate gize-se de grande acuidade nos novos tempos, uma vez que corrobora um novo padrão de direitos, havendo necessidade de reflexão ante sua ocorrência na atualidade.

Encerrando a sessão de artigos jurídicos, o sistema de resolução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) – foi o tema que em parceria com as autoras Karen Hippertt e Adriane Garcel desenvolvemos para essa edição. No estudo, analisa-se o fator desenvolvimento e o perfil de seus usuários para demonstrar a necessidade de adequação da sistemática à luz do princípio do tratamento especial e diferenciado.

Na coluna artigos de opinião, a consultora jurídica Gisele Ferreira Sodrê Antunes, apresenta sua pesquisa sobre a governança pública no Poder Judiciário do Estado do Paraná. O trabalho revela que o Programa de Governança Institucional do Tribunal de Justiça do Paraná trouxe significativos avanços na organização da instituição, além de possibilitar aos cidadãos o acompanhamento e controle social de suas ações, seja pelo Portal da Transparência, seja pelo Observatório de Dados do Tribunal.

Em nome de nosso conselho editorial, e de nosso Editor-Chefe desejamos a todos um bom Natal, repleto de paz, harmonia e esperança.

Retornamos em janeiro com a 21. Edição da Revista Galha Azul.

Tenham todos uma profícua leitura.

Ramon de Medeiros Nogueira¹

Diretor da Escola Judicial do Paraná – EJUD/PR

¹ Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.